

APRESENTAÇÃO

O cenário social e político da segunda metade do Século XX foi profundamente marcado pelo surgimento de sujeitos coletivos que emergiram inesperadamente por fora das instituições modernas supostamente apropriadas para assumirem a representação social de interesses ainda não contemplados pela ordem vigente.

Partidos políticos e sindicatos, tanto dentro do campo do liberalismo, como do socialismo real, viram-se desautorizados ou tornaram-se insuficientes como caminhos legítimos de representação dos interesses populares. O processo histórico, de fato, tornou-os tão próximos dos poderes instituídos que as suas pretensas bases sociais deles se afastaram, dando origem a novas formas de sociabilidade – os chamados Movimentos Sociais.

Inicialmente, vozes apressadas os viam como expressões de *lumpen*, passíveis, portanto, de inescapáveis jogos de cooptação pelos poderosos e aventureiros de plantão. Mudanças profundas no sistema produtivo, a invenção de máquinas inteligentes, a eliminação crescente de postos de trabalho e o estabelecimento do desemprego como característica estrutural e não mais episódica, colocaram os operários em quarentena, as vanguardas perceberam a necessidade urgente de rever antigas formas de luta e, dessa forma, aos poucos foram construindo outras alternativas de mobilização e de lutas sociais.

Dois memoráveis experiências, entre outras, podem ser lembradas como exemplares da presença desses novos sujeitos sociais: a experiência polonesa de Gdansk e a brasileira representada pelas lutas do ABCD paulista no final dos anos de 1970. Ambas as experiências revelaram ao mundo a emergência de novas sociabilidades constituídas fora da ordem estatal, instituídas por subjetividades sufocadas que, autorizadas pela própria consciência de si e do mundo e apoiadas na força de seus semelhantes, lançaram-se na cena pública reivindicando o direito de ter direitos, na expressão de De Soto. Ambas as lideranças, tanto a da Polônia, Lech Walesa, como a do Brasil, foram conduzidas pelos movimentos sociais ao poder máximo de suas respectivas nações. Não obstante as imensas dificuldades encontradas pelos movimentos sociais – como o ataque da imprensa conservadora e dos setores sociais dominantes e a indiferença de grande parte dos incluídos na roda do consumo que institui formas de sociabilidade de um individualismo possessivo –, os excluídos têm levantado a bandeira da esperança de um mundo mais igualitário.

Os processos educativos postos em prática pelos movimentos sociais têm despertado grande interesse aos que buscam a transformação da escola por meio de uma pedagogia descolonizadora, orientada no sentido da construção da autonomia. Daí por que a nossa revista, Educação e Contemporaneidade, orientou-se nesta edição, de número 34, para a relação entre a Educação e os Movimentos Sociais.

Os textos que integram esta edição são basicamente resultantes de pesquisas realizadas pelos seus autores, individualmente ou em grupo, no âmbito de suas atividades acadêmicas, nas suas respectivas instituições, situadas em vários estados do Brasil. Assim, como os movimentos sociais têm emergido em diferentes situações sociais, foram reunidos nesta edição artigos que versam sobre um amplo espectro de experiências de educação desenvolvidas no âmbito dos setores sociais com baixa ou nenhuma visibilidade na esfera pública.

O primeiro artigo, intitulado **Construindo trincheiras em território minado: a educação no movimento sindical dos trabalhadores rurais sob o fogo cerrado da linha dura e do governo da distensão – o caso da Bahia nos idos dos anos de 1972 a 1990**, de autoria de Antonio Dias Nascimento, Titular da Universidade do Estado da Bahia, é resultante de pesquisa que serviu de base para a elaboração de sua tese de doutorado na Universidade de Liverpool, na Inglaterra. O artigo pontua o surgimento do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais no contexto populista do final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, no Nordeste, quando foram conquistadas as primeiras cartas sindicais, em 13 de maio de 1962, na sessão de encerramento do I Congresso de Trabalhadores Rurais do Norte e Nordeste do Brasil, na cidade de Itabuna, Bahia. Em seguida o autor destaca o processo educacional concebido por esse movimento e sua expansão por todo o Brasil. O ponto central do trabalho, no entanto, é a aplicação dessa pedagogia junto ao sindicalismo de trabalhadores rurais na Bahia entre os anos de 1972 e 1990, resultando, desde então, em significativas transformações do Sindicalismo de Trabalhadores Rurais na Bahia.

A diversidade e a reivindicação de direitos nos movimentos sociais é o título do artigo de autoria de Mary Rangel, Titular da Universidade Federal Fluminense e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no qual começa por assinalar a importância do respeito e acolhimento à diversidade, tal como constitui-se proposta comum tanto às Organizações Não Governamentais, ONGs, como aos movimentos sociais. Em seu estudo, a autora, apoiada numa perspectiva arendtiana, destaca a relevância política da mobilização da sociedade, tornando-se o atendimento aos interesses por ela expressos requisito de legitimação dos governos. A pesquisa que serviu de base ao artigo evidenciou a relevância do movimento social que mobilizou educadores, associações e representantes de várias instâncias da sociedade, em 2009, em vista de propostas à Conferência Nacional de Educação (CONAE) e seus indicativos à Reforma do Sistema Educacional Brasileiro, realçando-se entre eles a reivindicação de direitos e a ênfase no respeito à diversidade.

O artigo seguinte, **Educação e economia solidária: contribuições da pedagogia da alternância para a formação dos catadores de materiais recicláveis**, de autoria de Francisco José Carvalho Mazzeu, Professor da UNESP/Araraquara e membro do Programa “Educação e Trabalho” da Rede UNITRABALHO, aborda os desafios colocados na formação de catadores de resíduos sólidos, sobretudo diante dos condicionantes aos quais estão submetidos esses sujeitos sociais. No caso, trata-se de aliar, simultaneamente, no processo de educação, uma formação voltada para o trabalho – uma vez que tanto a coleta, como o manuseio dos materiais recicláveis exigem conhecimentos técnicos específicos – e ao mesmo tempo uma formação voltada para a cidadania e a emancipação desses educandos – dado que a chegada ao trabalho de catação de materiais recicláveis é resultado de um profundo processo de exclusão social –, exigindo uma cuidadosa utilização da pedagogia do oprimido, com a pedagogia da alternância, até então comumente empregada nos contextos rurais.

Outra experiência educacional, ainda num contexto urbano, dessa vez com adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, por meio da educação musical, merece também a nossa contemplação. Trata-se do artigo intitulado **Música em um projeto social com jovens: reflexões sobre alguns caminhos**, de Maria Cecília de Araujo Rodrigues Torres, professora do curso de Licenciatura em Música do Centro Universitário Metodista – IPA, em Porto Alegre. Entre muitas contribuições para o

campo da educação, o artigo apresenta o desenvolvimento da sensibilidade de jovens marcados pela exclusão social, por meio da educação musical. Embora os resultados artísticos e musicais tendam a roubar a cena, mais que isso, o que acontece com esses educandos é a sua promoção humana pela sua inclusão em novas sociabilidades.

Letramento, alfabetização e o fortalecimento da identidade sociocultural de segmentos historicamente excluídos, das autoras Ilka Schapper Santos e Hilda Micarello, professoras da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, é um texto que trata de processos identitários. Apresenta reflexões acerca das repercussões que a inserção em práticas socioculturais de leitura e escrita trazem para o fortalecimento das identidades individuais e coletivas de jovens e adultos alfabetizando, apoiadas na experiência desenvolvida no âmbito do Projeto Todas as Letras. A proposta metodológica do referido projeto é desenvolvida com base em três eixos estruturantes: trabalho, cultura e desenvolvimento, com o objetivo de que o processo de alfabetização possibilite uma reflexão dos alfabetizando sobre a constituição do ser social naquelas dimensões que estão intrinsecamente ligadas a esse processo de constituição. As autoras destacam que *alfabetizar letrando* implica pensar que o sujeito da aprendizagem vai apropriar-se do código da língua materna ao mesmo tempo em que se insere em práticas significativas de leitura e escrita, práticas que permeiam seu universo sócio-histórico-cultural. A proposta busca fortalecer a dimensão coletiva do letramento, ampliando a perspectiva dos ganhos que a condição de alfabetizado pode trazer para aos sujeitos individuais à dimensão do desenvolvimento comunitário. No âmbito do PTL, a leitura e a escrita são concebidas como bens culturais. A socialização desses bens culturais no processo de alfabetização e letramento de jovens e adultos implica em benefícios para uma coletividade, o que, para as autoras, aponta a importância de políticas públicas que invistam, de forma efetiva e permanente, na educação de jovens e adultos como condição para o efetivo exercício da cidadania por esses sujeitos.

Sociabilidades consolidadas podem assegurar as características comunitárias em populações que sofram traumas coletivos como inundações, reassentamento e migrações. Isso é o que se pode perceber pelo artigo intitulado **IDENTIDADE: de ribeirinhos a sertanejos do semiárido**, de autoria de Edinaldo Medeiros Carmo, professor do Departamento de Ciências Naturais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), elaborado com base na pesquisa realizada em uma comunidade que teve de ser deslocada de suas condições naturais, sociais e culturas de origem, marcada pelo desfrute do acesso à água e a solos férteis, para cederem lugar a um grande reservatório para abastecimento da cidade de Salvador, para condições diametralmente opostas tais como solos pobres em áreas de sequeiro, além de terem de estabelecer novas relações com reassentados de outras áreas também cobertas pelas águas. Apesar de não se dar destaque especial à questão dos aspectos educacionais envolvidos nesse processo de transmutação identitária, percebe-se que as comunidades, embora tenham sido traumatizadas em seus cursos de vida, tornaram-se capazes de estabelecer um processo de aprendizagem de novo modo de viver, produzindo simbolicamente novos territórios com base nos sentidos de suas existências.

O artigo seguinte, intitulado **A cor do invisível: saberes nas experiências educativas organizadas pela Central das Associações das Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto da Região de Senhor do Bonfim – Bahia**, escrito por Izabel Dantas de Menezes, professora do Departamento de Educação do Campus XIII da UNEB,

foca os saberes e sentidos dos arranjos formativos inseridos na atuação política da Central de Associações Agropastoris de Fundo e Fecho de Pasto, em Senhor do Bonfim – Bahia. São populações que se organizam tradicionalmente em comunidades, caracterizadas pelo uso coletivo das terras sob seu domínio. Com a expansão do capital agrário também no sertão da Bahia, essas comunidades sofrem permanentemente ameaças de desestruturação e expressam a sua resistência por meio da criação de uma Central que as articula. A autora descreve a estrutura e a dinâmica da Central, bem como os sentidos que envolvem os saberes contidos no seu fazer político-educativo para e com as comunidades de Fundo e Fecho de Pasto da região.

A abordagem seguinte, também sobre as comunidades de Fundos de Pasto, contida no artigo intitulado **Imaginário, emancipação e colonialidade: estudo das intervenções sociais no movimento dos fundos de pasto da Bahia**, resultante de uma coautoria entre Luiz Antonio Ferraro Júnior e Marcel Bursztyn, por sua vez, debruça-se sobre o conflito que se estabelece entre os interesses das comunidades tradicionais e os agentes da modernidade como portadores, numa visão salvacionista, de projetos de intervenção que buscam produzir uma naturalização das relações de colonialidade. Embasados em rigorosa abordagem teórica, os autores concluem que “é desejável que o foco da intervenção seja a aprendizagem social” e apontam para a possibilidade de fazer de espaços políticos-organizativos, espaços intencionalmente educadores.

Por sua vez, o artigo elaborado em coautoria pelos professores Laudemir Luiz Zart, da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), e Leda Gitahy, do Departamento de Política Científica e Tecnológica IG/UNICAMP, intitulado **Articulação do trabalho e da Educação do Campo: uma leitura sócio-histórica da construção de dois projetos distintos**, parte da ideia de que “a ambiência configurada pelo ruralismo provoca os deslocamentos horizontais, gerando os vazios de gente na terra.” Neste sentido, o rural é o espaço que provoca o empobrecimento cultural, uma vez que promove a colonização dos conhecimentos tecnocientíficos pela ação dos órgãos estatais e, fundamentalmente, pelas empresas transnacionais, que difundem não somente conhecimentos, mas essencialmente produtos. Desse modo, a concepção do rural é geradora do dualismo entre o econômico e o ecológico. Em oposição a essa concepção, os movimentos sociais do campo conceberam e vêm tentando consolidar o seu projeto de educação arraigado na socioeconomia solidária, gerando ambiências favoráveis para a educação e a aprendizagem de dinâmicas de empoderamento na perspectiva da produção, da consciência coletiva, do empreendimento econômico solidário, do consumo consciente.

Outro estudo, também voltado para a Educação do Campo, é apresentado pelo artigo de Sandra Regina Magalhães de Araújo, Professora do Departamento de Educação do Campus I da UNEB, sob o título de **Educadores do Campo: descobrindo os caminhos da formação inicial para os monitores das Escolas Famílias Agrícolas do Estado da Bahia**, baseado em pesquisa em andamento junto ao Programa de Pós-Graduação e Contemporaneidade. A autora investiga a experiência de formação inicial para os monitores/formadores das redes das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) do Estado da Bahia, calcada na pedagogia da alternância, ocorrida por volta do primeiro quinquênio dos anos 2000. Parte de reflexões teóricas sobre formação de educadores do campo, cotejando-a com as políticas públicas de formação de educadores postas em prática no país, confrontando-as com as questões educacionais postas pelos movimentos sociais. Conclui ressaltando a relevância da pesquisa tomando como referência

as estatísticas oficiais sobre este nível de ensino para os educadores que atuam nas escolas do campo, diferentemente dos da cidade.

Mudanças estão ocorrendo no mundo do trabalho, acompanhadas de diversas transformações não só nas formas de gestão, mas de organização do sistema produtivo. Tal cenário tem trazido rebatimentos para os trabalhadores com a diminuição de postos de trabalho, trabalhos precários, aumento da informalidade etc. Diante dessa situação, vários trabalhadores passam a encontrar outras possibilidades de gerar renda, dentre elas a economia solidária. São iniciativas produtivas que têm procurado trilhar um caminho diferente da forma como foi iniciada a história do cooperativismo brasileiro e têm contado com a contribuição da academia a fim de auxiliar no processo de constituição e desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários que desejam trabalhar sob o enfoque da autogestão. Essa é a temática abordada em coautoria pelos professores Maria da Conceição Almeida Vasconcelos, Catarina Nascimento de Oliveira, Kércia Rocha Andrade, Matheus Pereira Mattos Felizola, da Universidade Federal de Sergipe, no artigo intitulado **Economia solidária e processo de incubação: a experiência da Universidade Federal de Sergipe.**

Prosseguindo na identificação de experiências desenvolvidas pelos trabalhadores, vitimados pela exclusão massiva do sistema produtivo, para encontrar alternativas de sobrevivência por meio da Economia Solidária, tem-se a contribuição de RONALDA BARRETO SILVA, professora do Departamento de Educação, Campus I, e do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da UNEB, por meio de seu artigo intitulado **Movimentos sociais, educação e saúde mental: a inclusão social pelo trabalho.** A autora propõe-se ao exercício de reflexões sobre a proposta conjunta dos Ministérios da Saúde e do Trabalho para organização de empreendimentos da Economia Solidária com portadores de transtornos mentais, usuários de álcool e outras drogas. A análise parte do pressuposto de que a efetiva inclusão social só é possível pela via do trabalho, categoria fundante da sociedade. Assim, discute a cidadania desse segmento da população, entendendo que o trabalho é fundamental para o estabelecimento de laços de sociabilidade, configurando-se, dessa forma, como um princípio educativo por excelência. Para a autora, a proposta em questão constitui-se num desafio que se coloca para as incubadoras universitárias de empreendimentos solidários e que vem sendo realizado, de forma ainda incipiente, por algumas delas.

O artigo intitulado **Tecendo possibilidades emancipatórias do cooperativismo com mulheres artesãs**, elaborado pelas professoras Márcia Alves da Silva, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, e Edla Eggert, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), tem como principal objetivo refletir sobre preceitos acerca da temática sobre o trabalho feminino, com o intuito de discutir tanto os aspectos conceituais da divisão sexual do trabalho, quanto possibilidades emancipatórias de algumas experiências cooperativadas com mulheres artesãs. As autoras baseiam-se em trabalhos de pesquisa que estão realizando com mulheres artesãs participantes de cooperativas de produção e comercialização, nas cidades de Alvorada e Pelotas (RS). Segundo as autoras, a pesquisa acadêmica, apoiada na valorização das trajetórias das pessoas envolvidas, tem possibilitado que as mulheres refaçam os percursos vividos e ressignifiquem suas experiências de vida, especialmente no que se refere a aspectos do mundo do trabalho feminino.

Objetivando apresentar ações dos movimentos sociais na busca de alternativas de sobrevivência segundo uma lógica de desenvolvimento com maior igualdade econômica, social e política, apresenta-se o artigo **Estratégia de comercialização para melhorar a renda de pequenos produtores familiares rurais de leite**, de Maria Nezilda Culti, professora no Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá (UEM), no estado do Paraná, e João Batista da Luz Souza, professor auxiliar do departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá. Trata de uma ação coletiva ou união entre produtores familiares assentados oriundos da reforma agrária com outro grupo de pequenos produtores, pressupondo um processo educativo que busca construir novas atitudes, transformar práticas e vislumbrar a transformação nas relações de produção, de trabalho e sociais. Discute-se, nesse processo, a formação do capital social, permitindo a criação de vínculos de confiança, redes de contatos, troca de informações, cooperação e, conseqüentemente, aumento do poder do grupo de produtores ou empreendedores coletivos. As discussões realizadas inserem-se no escopo do estudo da agricultura familiar como indutora do desenvolvimento econômico em razão do impulso gerado pela ampliação do debate sobre o desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e o potencial de gerar desenvolvimento para regiões menos favorecidas.

Na seção **Estudos** foram reunidos os textos dos autores convidados. Antonio Flávio Barbosa Moreira, professor titular da Universidade Católica de Petrópolis (UCP) e coordenador da Pós-Graduação em Educação da UCP, propõe-se a teorizar seguindo o roteiro de um filme, mostrando-nos a possibilidade de que imagens possam constituir-se como veículo de pensamento. Inspirado no filme *Stella*, discute, no texto **Lendo Stella: um mote para pensar o fundamental na escola de ensino fundamental**, questões referentes ao conhecimento escolar no currículo, tendo como referência a escola de ensino fundamental, entendendo o currículo como espaço em que se desenrolam as experiências de aprendizagem que giram em torno do conhecimento escolar. O autor defende a importância da arte e da literatura no currículo e aborda o conhecimento escolar no ensino fundamental, analisando questões envolvidas nos processos de seleção e organização desse conhecimento, destacando sua importância e rejeitando a supervalorização da experiência do aluno em algumas propostas curriculares. Propõe o incentivo a um processo contínuo de inovação, baseado na criatividade dos professores e das escolas e na sua capacidade para definir, avaliar e retificar os conhecimentos básicos a serem ensinados e aprendidos baseados numa parceria entre a escola e o governo local, por meio de uma *qualidade negociada, via currículo*. A qualidade reside no debate entre atores e grupos sociais interessados nos distintos aspectos do fenômeno educativo, com a sugestão de que, *em cada instituição escolar*, escolham-se e organizem-se os conteúdos básicos. Entende que a escola deve apropriar-se de suas demandas e possibilidades por meio de um expressivo projeto político-pedagógico, e com o poder local acompanhando, apoiando, avaliando e disponibilizando condições e recursos indispensáveis.

O segundo texto trata de uma reflexão necessária e urgente para o campo da Educação com base na problematização do impacto da eleição de Obama. O artigo **Revolucionando a educação multicultural**, de Peter Macklaren e Jean Ryoo, analisa a forma como a educação multicultural e os ideais democráticos na educação pública têm sido enfraquecidos pela globalização do capitalismo, uma vez que homenageiam a falsa diversidade com formas superficiais do multiculturalismo, enquanto a defesa da

cultura de consumo como modo de vida ideal, no qual as pessoas devem se conformar. Os autores, exemplificando as contradições entre a democracia e o capitalismo, questionam o posicionamento do presidente Obama frente ao novo sistema de práticas raciais, camuflado por trás da retórica conservadora sobre a “América pós-racial”, e ressaltam as execrações contra os movimentos de esquerda e as análises marxistas que lidam com a totalidade das relações sociais capitalistas e abordam as questões da universalidade. Nesse sentido, os autores aplicam o termo “violência epistêmica” para descrever as práticas de produção de conhecimento desprendido, incapacitado, despotencializado usado nas muitas tendências dominantes de educação multicultural e assimilacionista, que ignoram as diversidades dos estudantes enquanto marcam as culturas não brancas como desviantes e exóticas. A fim de abordar estas questões e outras questões afins, apontam a necessidade da renovação da pedagogia crítica com o objetivo de dirigir-se e contrapor-se aos efeitos da violência epistêmica enquanto ajuda a construir uma verdade multicultural e uma educação democrática, em vez de um produto acumulado nos espaços escolares.

Desejamos que os textos reunidos neste número dedicado aos Movimentos Sociais e a Educação sejam inspiradores e promovam inquietações produtivas. A todos uma ótima leitura.

Antonio Dias Nascimento
Ronalda Barreto Silva